

POLÍTICA ECONÔMICA

ARTE GAZETA

A SÉRIE RECENTE DE NEGATIVAS
DO MINISTRO PALOCCI

- Aprovação da MP do Bem com as mudanças introduzidas por deputados e senadores
- Definição de um modelo permanente de ressarcimento aos estados em razão do fim da cobrança de ICMS sobre as exportações
- Aprovação em separado do aumento em um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), regra constante da reforma tributária
- Renegociação de dívida já vencida de R\$ 12 bilhões do setor rural
- Criação de um novo programa de parcelamento de dívidas com a União

Palocci mantém rigor no ajuste fiscal, apesar da crise e das eleições

DANIEL PEREIRA E SÉRGIO PRADO
BRASÍLIA

“Uma bastilha inexpugnável.”

A imagem — cunhada pelo cronista Nelson Rodrigues para descrever a camisa do Flamengo, quando o time de futebol mais popular do país ainda impunha respeito ao entrar em campo — pode ser usada também para o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Nem a crise política nem as tentações perdulárias que rondam os governantes em períodos anteriores a eleições são capazes de fazer o ministro reduzir o rigor fiscal do governo, considerado exagerado até por aliados do Palácio do Planalto.

Nos últimos dois meses, Palocci vetou pleitos bilionários apresentados pelos setores industrial e agrícola, prefeitos, governadores e colegas de Esplanada dos Ministérios. O desempenho é de fazer inveja ao secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Murilo Portugal, egresso do governo Fernando Henrique Cardoso e apelidado de “Doutor Não” durante a gestão anterior. Está amparado em uma combinação de fatores. Um deles é aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à política econômica.

Ou, ainda, o entusiasmo com que o chefe do Executivo discorre sobre recordes no superávit da balança comercial e na geração de empregos com carteira assinada. Em discursos proferidos em Portugal na semana passada, Lula disse que não fará “mágica” nem “pirotecnia” em razão da sucessão presidencial de 2006. Manterá a política econômica comandada por Palocci, que conta com o apoio de PFL e PSDB, apesar de acompanhado de ressalvas sobre o que consideram excesso de conservadorismo.

De acordo com Alexandre Barros, cientista político e analista do comportamento de grandes investidores estrangeiros, o ministro da Fazenda faz parte de um triângulo. No vértice, estaria o presidente Lula. Na base, Palocci e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. “O Palocci é o garoto-propaganda da política macroeconômica adotada por Lula, que é irreversível”, diz Barros. O analista acrescenta que o mercado financeiro internacional é o principal avalista principal do caminho escolhido por Lula, ancorado em rígido ajuste fiscal e em outro pilar da política macroeconômica — os juros altos, que só começaram a cair há um mês, quando Palocci considerou o momento ideal, a despeito da gritaria do setor privado.

“O capitalista dos Estados Unidos se preocupa mais em saber quem é o presidente do Banco Central do que qual o político que ocupa a presidência da República”, afirma Barros. Por isso, a permanência de Meirelles à frente da política monetária teria fortalecido ainda mais Palocci. Na visão de investidores internos e externos, a escolha de Lula pelo fortalecimento de Palocci e Meirelles foi vital para amainar a crise atual.

Segundo Barros, há até uma nova tendência dentro dos meios financeiro e industrial de considerar Lula um candidato viável nas urnas em 2006. Na última

semana, a digital de Palocci apareceu em pelo menos dois episódios controversos. Um deles foi a decisão do governo de desistir da aprovação da chamada MP do Bem devido a mudanças feitas por parlamentares, elevando a renúncia fiscal passar de R\$ 3 bilhões para R\$ 6 bilhões.

Palocci vetou a medida apesar de o texto original ter sido negociado durante meses pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio



A. Chinaglia

Exterior, Luiz Fernando Furlan, e contemplar uma das principais demandas do setor produtivo — a redução da carga tributária

para novos investimentos. “Até parece que dinheiro dá em árvore”, afirmou o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), antes de cumprir determinação de Palocci e anunciar o enterro da MP do Bem.

A decisão levou Furlan a desistir de acompanhar o presidente Lula em viagem à Europa. Ele tentará incluir na MP 255, à espera de votação no Senado, os benefícios tributários da finada MP do Bem que contam com o aval da Fazenda. A situação de Furlan é menos constrangedora do que a de seu colega de Ministério da Agricultura, Roberto Rodrigues. Nos últimos tempos, as críticas de Rodrigues à política econômica do governo ganharam corpo.

Para piorar a situação, após a descoberta do foco de febre aftosa em um rebanho no Mato Grosso do Sul, que levou à suspensão da compra de carne brasileira por 30 países, Rodrigues afirmou que negociará a liberação de R\$ 78 milhões do orçamento da Secretaria de Defesa

Nos últimos meses, Palocci vetou pleitos bilionários de industriais, ruralistas, prefeitos, governadores e colegas de Esplanada

Agropecuária contingenciados pela equipe econômica. A declaração repercutiu mal entre integrantes do governo, para quem caberia ao ministro da Agricultura garantir a distribuição dos recursos disponíveis entre os projetos prioritários da pasta.

“Não faltou recurso”, reforçou Lula, de Portugal, em defesa de Palocci. Desde o início do atual governo, o ministro da Fazenda é alvo de reclamações em razão do ajuste fiscal. Os colegas pedem mais recursos para implementar seus programas.

O principal embate hoje é travado com a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. A fim de garantir investimentos em infraestrutura, ela defende a redução do superávit primário brasileiro de 6,26% do Produto Interno Bruto (PIB), registrado de janeiro a agosto deste ano, para meta definida pelo governo, de 4,25% do PIB.

De certa forma, Dilma retoma a mesma cantilena entoada pelo deputado José Dirceu antes de a crise política tirá-lo do Planalto e levá-lo de volta à planície.